

A ADEQUAÇÃO ÀS SITUAÇÕES DE COMUNICAÇÃO E O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO

ADEQUACY TO COMMUNICATION SITUATIONS AND THE SOCIO-POLITICAL CONTEXT

Luciana DE PAULA
(Universidade de São Paulo – USP)
aborboletaverde@yahoo.com.br

RESUMO: O presente estudo busca elucidar a falta de relação entre a adequação do uso da língua e situações de enunciação, a falta de relação que há entre o estudo do uso da língua e questões sociais e políticas em sala de aula. A reflexão resulta de uma dúvida de um aluno pronunciada após uma atividade sobre formalidades de uso da língua em relação à situação de enunciação, alertando sobre a necessidade de se considerar questões sociais e políticas através do uso da língua, dado o contexto de efervescência social e política no qual esses alunos estão inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: adequação; uso da língua; situação de enunciação; questões sociais; questões políticas

ABSTRACT: *The present study seeks to elucidate the lack of relation between the adequacy of the use of the language to situations of enunciation and the lack of relation between the adequacy of the use of the language to social and political issues in classroom. The reflection came from a doubt of a student pronounced after an activity that approached the adequacy of the level of speech formality to the communication situation, alerting about the necessity of attaching to social and political issues through the uses of the language, given the context of political ferment in which these students are inserted.*

KEYWORDS: *adequacy; use of the language; situations of enunciation; social issues; political issues*

Introdução

Muito se considera acerca do ensino de língua portuguesa pautado sobre a questão do gênero discursivo, ou seja, sobre uma forma relativamente estável de uso da língua concebida em uma determinada esfera de produção e de circulação, com leitores mais ou menos determinados em um contexto histórico, político e social. A própria Base Nacional Comum Curricular - BNCC, em sua versão final homologada em 20 de dezembro de 2017, em relação ao ensino do componente curricular língua portuguesa afirma (2017: 67):

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses.

A afirmação, presente no supramencionado documento, do texto em sua perspectiva enunciativo-discursiva defende a necessidade de conceber o gênero discursivo inserido em sua realidade de produção e de circulação, dialogando com outras vozes que compõem o cenário discursivo sócio-histórico no qual a comunidade humana está inserida.

Mesmo conhecendo as possibilidades de trabalho com o texto, em suas variadas modalidades, inserido em um rico contexto de considerações sócio-históricas, nas quais os alunos deveriam sustentar uma leitura crítica, trazendo ao debate questões que, de alguma forma, os digam respeito, ou seja, mesmo conhecendo os horizontes de possibilidade do trato do texto por uma perspectiva axiológica, ainda não constituem maioria professores cujas práticas estão pautadas por tal viés. Ainda há muito de um ensino inerte e reprodutivo, cópia de uma modelo anacrônico completamente ineficaz às atuais gerações discentes que vêm a ocupar os bancos escolares.

A insistência em uma forma de ensino ultrapassada acaba por fazer da escola um ambiente obsoleto, diante do qual o aluno passa a se questionar acerca da necessidade de tamanho corpo institucional. Diante de sua ineficácia formativa e da postura autoritária que impõe uma série de comportamentos tidos como “adequados” sem um retorno dialógico em relação aos alunos, a escola acaba por se converter em um ambiente desumano e hostil, no qual a maior forma de manifestação discente é a revolta e a transgressão.

Assim, o presente artigo tem como objetivo principal evidenciar a ampla margem para a exploração de questões políticas e sociais no ensino de língua portuguesa através da recuperação de um relato de experiência da própria autora do presente artigo, registrado informalmente em um diário de práticas.

Ao se atingir esse objetivo maior, tenciona-se também alertar professores e demais profissionais envolvidos com o ensino acerca da importância do tratamento de questões sociopolíticas, sobretudo, questões atuais, em sala de aula, não apenas estimulando, entre os alunos, o costume de refletir acerca do que é tratado nos jornais e na mídia, mas também fornecendo oportunidades de novas vias para reflexão, pontos de ancoragem sobre os quais eles poderão pensar e buscar novas perspectivas para edificar suas próprias opiniões de forma mais livre diante da influência do senso comum e da atividade alienante exercida por algumas mídias.

Tal alerta se mostra como elemento de importância capital a todo professor que busca formar o indivíduo pensante, crítico de seu tempo, de sua realidade, formar o cidadão atuante no meio em que vive e, acima de tudo, comprometido com a defesa do bem comum, com a melhora das suas condições de vida e de seus semelhantes.

1. Fundamentação teórica

O presente estudo parte de dois conceitos fundamentais: gênero discursivo e preconceito linguístico.

O conceito Bakhtiniano de gênero discursivo está registrado em *Gêneros do discurso*, um dos textos que compõe a antologia *Estética da criação verbal* (2003). De acordo com Bakhtin (2003: 262), “cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos como gêneros discursivos”. Um pouco mais adiante, na mesma obra (2003: 283), o autor continua:

Nós aprendemos a moldar nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo de fala. Se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível [...] a diversidade dos gêneros do discurso é muito grande [...] A diversidade desses gêneros é determinada pelo fato de que eles são diferentes em função da situação, da posição social e das relações sociais de reciprocidade entre os participantes da comunicação.

Assim como o conceito de gênero discursivo, mostra-se, também, como um ponto de ancoragem fundamental ao presente artigo, o termo preconceito linguístico que, de acordo com Marcos Bagno (2007: 73 - 74), é definido como um “círculo vicioso”:

Esse círculo vicioso se forma pela união de três elementos que, sem desprezar meus amigos teólogos, costume denominar “Santíssima

Trindade” do preconceito linguístico. Esses três elementos são a gramática tradicional, os métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos. [...] Como é que se forma esse círculo? Assim: a gramática tradicional inspira a prática de ensino, que por sua vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujos autores — fechando o círculo — recorrem à gramática tradicional como fonte de concepções e teorias sobre a língua.

Partindo desses conceitos iniciais, pode-se observar que o presente estudo está dividido em duas partes: a primeira visa evidenciar o uso da língua, através dos gêneros discursivos, como ferramenta de intervenção sociopolítica; a segunda visa explorar as possibilidades de uso de elementos linguísticos como modelos de observação crítica, como vias para a revelação de mecanismos ideológicos, de preconceito linguístico e de alienação presentes na realidade contemporânea.

Além dos conceitos de gênero discursivo e círculo do preconceito linguístico, fundamentam, a primeira parte desse estudo a obra *Língua, texto e ensino*, de Irandé Antunes (2009) que mostra as possibilidades de intervenção política e social através do uso da linguagem.

Já a segunda parte será norteadas por obras tais como *Ensino da Gramática; opressão? Liberdade?* de Evanildo Bechara (1989); *Os doze trabalhos de Hércules: do oral para o escrito* de Stella Maris Bortoni-Ricardo e Veruska Ribeiro Machado (2013); *Caminhos da humanização da saúde: prática e reflexão* de Izabel Cristina Rios (2009) e *Linguagem, língua e fala* de Ernani Terra (1997).

2. Metodologia

Conforme o colocado anteriormente, o ponto de observação inicial para esse estudo foi o registro da própria autora do presente artigo em um diário informal, no qual se detalhou a ocasião de uma específica aula de língua portuguesa, realizada no dia 25 de outubro de 2016, junto a uma sala de 9º ano de uma escola estadual, situada no distrito de Jundiapéba, periferia da cidade de Mogi das Cruzes.

A análise de tal objeto contou com uma adaptação do método da Análise Temática Dialógica que, além de uma importante flexibilidade, conta com altas possibilidades para a observação de determinados objetos por uma perspectiva qualitativa.

De acordo com Silva e Borges (2017), a Análise Temática Dialógica conta com as seguintes etapas:

- a) a transcrição das entrevistas; b) a definição da unidade analítica; c) a leitura intensiva do material transcrito; d) a organização das enunciações em temas e subtemas (análise das recorrências, relações e similaridades de significados nas enunciações); e) a elaboração e análise de mapas semióticos.

Buscando realizar uma adaptação de tal método ao presente estudo, usaremos as seguintes etapas: a) transcrição das anotações do diário da professora; b) definição das unidades analíticas; e c) análise propriamente dita, sendo esta organizada nas já mencionadas duas partes: a primeira evidenciando o uso da língua, através dos gêneros discursivos, como ferramenta de intervenção sociopolítica e a segunda explorando as possibilidades de uso de elementos linguísticos como modelos de observação crítica.

3. Análise

a) transcrição das anotações do diário da professora

Seguindo a metodologia da Análise Temática Dialógica, reproduz-se, a seguir, o trecho do diário da professora que nos serviu de objeto para a presente análise.

“Essa foi uma daquelas aulas em que vamos munidos de intenções para observar algo, mas somos totalmente surpreendidos no melhor dos sentidos.

Já havia algum tempo no qual eu e meus alunos vínhamos conversando sobre as variedades da língua portuguesa, sobre a adequação à situação de uso da língua, sobre as noções de erro e tudo o mais. Assim, decidi que era hora de elaborar uma atividade de simulação na qual os alunos deveriam atuar em situações hipotéticas na quais eles interagiriam de maneira a adequar sua fala à situação apresentada. Buscava-se estimular, no aluno, a habilidade de ajustar seu discurso à situação de forma a atingir determinado objetivo, valendo-se de sua manifestação oral, levando em conta o dinamismo das réplicas, sem muito tempo para reflexões em torno das perguntas feitas. Como numa situação real.

As situações propostas foram: uma entrevista de emprego, um discurso em uma campanha política e a negociação de venda de um produto usado.

Para cada uma das situações havia um objetivo a ser alcançado pelo aluno em interação:

- entrevista de emprego: ser contratado.
- discurso em uma campanha política: fazer com que os eleitores (professora e os colegas de sala) achem suas propostas importantes.
- negociação de venda de um produto usado: vender o produto para o comprador (professora).

Assim, os alunos foram organizados em grupos e cada representante de grupo sorteou, de um saquinho de pano, um papel com uma das três situações de fala na qual seu grupo interagiria. Após o sorteio, a professora conversou brevemente com os alunos, ajustando alguns detalhes da interação. Depois de bem ajustados esses detalhes, os alunos são orientados a adequarem sua fala à situação o máximo possível. Os alunos recebem algum tempo para prepararem algumas falas, ensaiam algumas vezes e logo são chamados a atuarem diante da sala. Muito embora os alunos tivessem recebido esse tempo para uma elaboração inicial, a situação contaria com a interação comigo ou com os colegas que estavam assistindo, de forma que a atuação não seguiria um roteiro prescrito, haveria a necessidade de improvisação dentro do nível de formalidade exigido pela situação sorteada.

Assim que o primeiro grupo foi chamado a atuar, outro grupo foi encarregado de realizar uma observação avaliativa do que foi apresentado, de forma que, além do olhar da professora, houvesse outras perspectivas para a avaliação.

A atividade foi se desenrolando normalmente, com alguma resistência por parte de alguns alunos, mas nada que destoasse do cotidiano em sala de aula.

Quando o primeiro grupo iniciou a sua atuação, eu deixei o meu aparelho celular gravando os áudios, no intuito de que tal gravação fornecesse material para um futuro estudo da adequação de fala às situações propostas.

A atuação do primeiro grupo foi muito interessante e divertida no sentido de que chamou muito a atenção da sala o fato de que alguns alunos, conhecidos por seu comportamento inadequado, fossem tão bem no sentido de adequarem o seu discurso a uma situação de fala mais formal. Em decorrência do clima de descontração, alunos considerados como os "certinhos da sala", passaram a demonstrar um comportamento exageradamente inapropriado, instalando uma agradável atmosfera caricata. Devo confessar que, o clima era tão agradável que até eu mesma, professora, comecei a usar uma fala forçosamente inadequada, ratificando a brincadeira. Até me recordei do filme "My Fair Lady" no qual um professor de fonética tenta transformar uma humilde vendedora de flores em uma dama refinada. Passei algum tempo conversando com os alunos sobre esse filme que eles não conheciam. Não conheciam o filme em si, mas achei que alguns alunos poderiam conhecer a paródia desse filme realizada pelo seriado mexicano "Chapolin". Ao mencionar o episódio específico do seriado, alguns alunos disseram saber do que se tratava e parafrasearam o enredo, dizendo que, ao final, a vendedora de flores estava falando de modo bem formal e o professor estava falando de forma bem informal, com muitas gírias.

A atmosfera da sala de aula ficou tão envolvente e alegre que, felizmente, acabei esquecendo do celular, só notei que a gravação ainda estava em andamento ao final da aula.

Digo “felizmente” porque, depois da conversa sobre as brincadeiras, o filme e o seriado, perto do encerramento da aula, um dos alunos colocou a dúvida que transcrevo a seguir:

Professora, entendi que falar é igual roupa, se eu vou num casamento, tenho que ir de terninho, se vou empinar pipa na rua, posso ir com uma roupa de brincar. Se eu estou numa situação formal, tenho que falar mais na norma culta, se a situação é informal, falo de modo informal. Mas o que eu não entendo, professora, é: por acaso, roupa define caráter? Jeito de falar define caráter? Quanto político no Brasil, professora, fala bonito, mas não vale o chão que pisa.

Lembro-me de que, depois dessa colocação do aluno, a atmosfera caricata se dissolveu completamente. Houve um breve silêncio no qual os alunos, que observavam o colega que perguntava, se viraram para mim, com um sutil sorriso no rosto, como se eles pensassem “boa pergunta”. Lembro-me também de que eu mesma sustentava em meus lábios esse mesmo sorriso e balançava a cabeça de modo afirmativo. Assim, respondi ao aluno da seguinte forma:

É verdade, roupa, modo de falar, realmente, não definem caráter. Mas, é a roupa adequada, é a forma de falar em conformidade com a situação que abre as portas, que nos darão oportunidades de conseguir um trabalho, de ter uma vida melhor. Não estou dizendo que é justo, não, muito pelo contrário, não é justo, só estou ensinando que é assim que nossa sociedade seleciona as pessoas e quero que vocês saibam disso para que vocês sejam selecionados, para que vocês tenham boas oportunidades e, mais importante, para que vocês não discriminem os falantes que se distanciam mais da norma culta. Embora nossa sociedade selecione com bases no uso adequado da língua, realmente, modo de falar não define caráter e, embora a forma de falar, em muitos contextos, selecione, ela não deve ser motivo de discriminação para vocês.

Após essa resposta, o silêncio perdurou por mais alguns instantes. Eu sorri. Alguns alunos sorriram em resposta. O sinal soou e a aula se encerrou. Era a última aula do dia, de forma que os alunos guardaram o material e foram embora. Eu também guardei o meu material na minha mochila e, depois que o último aluno saiu, eu o segui sorrindo.”

b) definição da unidade analítica

Com base no registro reproduzido anteriormente e conforme o já mencionado, a presente análise se organiza em duas partes: a primeira que evidencia o uso da língua, através dos gêneros discursivos, como ferramenta de intervenção sociopolítica; e a segunda que explora as

possibilidades de uso de elementos linguísticos como modelos de observação crítica.

Em relação à primeira parte da análise, observa-se que a atividade é importante sob quatro pontos fundamentais: o retrato da forma comunicativa como adequada ou não a certa situação de comunicação; a evidência do seu caráter funcional, como um elemento determinado a certo objetivo, a certo fim; o oferecimento de uma oportunidade de exercício da fala diante do outro e o estímulo da criatividade no processo de construção das imagens que atuam na simulação.

Em relação à segunda parte, há de se considerar com maior destaque o aparecimento da dúvida do aluno e a resposta oferecida pela professora.

c) análise propriamente dita

O primeiro aspecto a ser considerado na presente análise é a adequação ou não das formas comunicativas à situação de comunicação, o que deve ser observado, principalmente, porque a grande maioria dos alunos ainda quer saber se determinada forma de falar ou escrever está certa ou errada. Há um longo caminho no sentido de fazê-los entender que, o que se procura saber não é o certo e o errado, mas o adequado e o inadequado. O que pode ser inadequado em determinada situação pode não o ser em outra. Esse entendimento é fundamental, sobretudo, em relação às afirmações, tão comuns no senso comum, que retratam “o brasileiro que não sabe falar”. O brasileiro pode não saber adequar sua fala a determinadas situações, o que é dever da escola ensinar, mas a afirmação de que um falante não domina a sua língua materna é um equívoco grande. A língua só existe e está viva porque as pessoas a usam, falam por ela, brincam com ela, inventam a partir dela, em outras palavras, a língua só está viva pela influência das variações e das variedades. Afirmar que o brasileiro não sabe falar é uma tentativa de usurpar da maioria da população o direito ao exercício de voz e espalhar um falso sentimento de inferioridade e apatia naquele que acredita não saber falar. Além disso, surge também, entre aqueles que acreditam “não saber falar”, a crença em uma falsa autoridade naquele que detém as formas adequadas de comunicação. O círculo do preconceito linguístico, conforme definição de Bagno (2007) configura-se como um elemento do senso comum destinado a retirar do falante suas possibilidades de atuação junto à esfera pública em defesa de seus interesses e pontos de vista, afirmando uma ideia de língua estática, simplista e reduzida, como se a variedade padrão fosse, necessariamente, a única norma a ser utilizada em todas as situações. Irandé Antunes (2009: 34) ratifica tal ideia, afirmando que:

A pesquisa acerca do que se faz nas aulas de línguas – embora aqui nos detenhamos mais nas aulas de português – tem revelado que ainda

prevalece (salvo algumas exceções) uma concepção de língua **demasiado estática** (sem mudanças) demasiado **simplificada e reduzida** (sem indefinições e imprevisibilidades), **descontextualizada** (sem interlocutores e sem intenções) e, portanto, falseada. **(grifo do autor)**

O segundo aspecto, o caráter funcional da forma comunicativa, é importante na medida em que a este se relaciona uma função e uma ação no mundo real. No caso da atividade em análise, a relação entre forma e ação no mundo aparece na determinação de um objetivo a ser perseguido em cada uma das situações propostas para interação. Ao identificar essa forma, portadora de um objetivo, tem-se que o uso determina o gênero e não o contrário. Não ficamos inventando gêneros que podem, um dia, vir a servir para algo, é a necessidade que nos impulsiona a desenvolver novos gêneros. A popularização da *internet* trouxe à luz uma série de gêneros novos, revistos ou atualizados, destinados a estabelecer comunicação em novas situações. Eis aí a profunda caracterização funcional do gênero, ele vem do uso, ele é a língua a serviço de quem a utiliza. Por isso, ele nada mais é do que uma forma relativamente estável, determinada para a solução da necessidade comunicativa em certa situação.

Tal perspectiva é de fundamental importância para o aluno que se vê aprendendo determinado gênero. Uma indagação recorrente no cotidiano da sala de aula que se relaciona à questão da função do gênero é “para que serve tudo isso?”. Se essa questão não for respondida, o aluno não terá o menor interesse na produção da escrita, no domínio oral das adequações de fala ou mesmo na leitura do gênero estudado. Outra indagação recorrente é a pergunta “para quê a gente estuda o jornal?”. Igualmente recorrente é a resposta: “Olha professora, a gente estuda o jornal pra poder ser jornalista um dia, para quem não quer ser jornalista, esses estudos de jornal aí não servem para nada”. Grande parte dos alunos ainda não tem a percepção do jornal em sua função social como veículo de informação, não tem a preocupação de ter acesso à informação, de refletir acerca do que o acesso significa, de observar os mecanismos ideológicos presentes nos jornais e em qualquer que seja o meio de comunicação. De acordo com Volóchinov (2017:181):

[...] na realidade, nunca pronunciamos ou ouvimos palavras, mas ouvimos uma verdade ou mentira, algo bom ou mal, relevante ou irrelevante, agradável ou desagradável e assim por diante [...] a palavra está sempre repleta de conteúdo e significação ideológica ou cotidiana.

Prevalece, inquestionavelmente, a ideia da escola como instituição de preparo para a vida profissional e para o mercado de trabalho¹. Ao não se ensinar as funções práticas que os gêneros desempenham, sobretudo em termos ideológicos, os alunos não se interessam pelas formas através das quais as comunicações se dão e, mais uma vez, se vêem potencialmente impedidos de usar tais gêneros, de se manifestarem no ambiente público de forma a defender os seus interesses. Novamente, poderão ser condenados à impossibilidade de ter acesso ao discurso do outro para refletirem, formarem sua opinião, se inserirem na dinâmica dos enunciados e se representarem através do exercício de sua própria voz. Sobre essa função prática da linguagem, inserida em uma situação de fala com objetivos claros e definidos, Antunes (2009: 36) irá dizer:

[...] as pessoas quando falam, evidentemente dizem coisas; mas dizem coisas para *fazer* outras para praticar ações, para intervir, agir ou cumprir, em relação a um outro, certas funções. Isto é, o que dizemos tem uma força, que se manifesta em atos, os quais têm seus efeitos: são explicações, declarações, pedidos, oferecimentos, ordens, advertências, ameaças, promessas etc. O falar por falar, na prática, não existe. Se, por alguma conveniência, afirmamos isso, estamos, na verdade, recorrendo a uma estratégia discursiva para deixar velado um propósito [...]

A dimensão prática operatória da língua tem sido desprezada pelo ensino há muito tempo, certamente, por motivos políticos: ao não se saber que, através dos fatos e das opiniões presentes em um jornal², por exemplo, o leitor toma ciência, por um viés ideológico, do que se fala acerca do que acontece em seu meio, ele fica abandonado a uma visão parcial dos acontecimentos sendo assim mais facilmente manipulável. Mesmo considerando o silêncio como uma forma de posicionamento, este assim o é quando resulta de uma reflexão diante do acesso que se tem à informação ou da decisão consciente que se toma no sentido de não usar do acesso que se tem. O silêncio daquele que simplesmente não tem acesso não é posicionamento, mas limitação. A construção de uma sociedade mais igualitária e justa passa, sem dúvida, pela conscientização do fato de que o uso da língua é um elemento que salvaguarda direitos e garante melhores condições a todos aqueles que o exercem.

Além da oportunidade de afirmar o fato de que a adequação à situação de comunicação é superior ao juízo de valor que coloca um falar correto e um falar errado e da oportunidade de abordar a face

¹A forte ideia estabelecida pelos alunos de que a atuação escolar é unicamente destinada à formação profissional e preparação para o mercado de trabalho constitui um tópico sobre o qual desejo elaborar estudos futuros.

²Trato aqui muito brevemente do jornal, mas tenciono retomar o perigo de toda a questão ideológica presente nos meios de comunicação que, embora não seja objeto de observação do presente estudo, é importante ressaltar.

prática do ato de fala, ou seja, a perspectiva através da qual se realizam ações, se perseguem objetivos através do exercício da voz, a atividade em questão ainda apresenta a possibilidade de se explorar a fala, o exercício da elaboração da voz, diante dos colegas de sala, do outro, o que é algo ainda raro no ambiente escolar. De acordo com o estudo *pouca ênfase no desenvolvimento da competência oral dos alunos* de Assunção, Mendonça e Delphino, disponível em *Os doze trabalhos de Hércules: do oral para o escrito* de Bortoni-Ricardo e Machado (2013: 168):

Na antiguidade, a oralidade tinha seu valor no ensino e, por muito tempo, o método oral foi a única forma usada para transmitir conhecimentos, mas, com o tempo e com a evolução da humanidade, surge a escrita, verdadeira revolução na história humana, mas que acarretou preconceito e desvalorização da humanidade. [...] Ao longo dos anos, a cultura oral foi sendo substituída pela cultura escrita. Assim, a escola tradicional – e a de hoje ainda o faz – definia como competente, o sujeito de boa escrita e bom raciocínio lógico. A fala, abafada, escondida e, ao mesmo tempo, criativa, podia ser somente demonstrada em versos e prosas escritos. A voz dá lugar ao silêncio e só pode ser veiculada pela escrita.

Essa fala abafada diante das normas da escrita, conforme a citação anterior e conforme a definição do círculo do preconceito linguístico, acaba correndo um grande risco de ser relegada à paralisia. Consequentemente, tal abafamento pode levar ao não exercício da cidadania através da voz. É preciso ensinar que, aquele que não fala, aquele que se cala, permite que outros falem em seu lugar, que decidam o que é bom ou não e que tomem para si os rumos da vida daquele que se calou. Quanto a isso, vale mencionar a considerável dificuldade inicial que os alunos enfrentam diante de atividades nas quais eles precisam se pronunciar diante do outro, mesmo se tratando dos colegas que estão diariamente juntos. Eles demonstram resistência, timidez, falta de segurança e até mesmo medo de estar na situação daquele que fala diante de um grupo que observa. Na situação descrita no diário, é possível que esse desconforto nos alunos tenha conduzido a atividade à condição do humor através das brincadeiras e da atitude caricata. Todas essas questões deveriam ser exploradas em sala de aula de forma mais frequente, balanceando um pouco a supremacia da escrita sobre a fala no contexto escolar.

Deixando essa vertente um pouco mais técnica da atividade, esta ainda conta com o colorido especial do imaginário. Quando se trata de imaginário, os grandes mencionados são as crianças mais novas, do ensino infantil e do fundamental I, no entanto, é importante explorar as ricas possibilidades e as grandes necessidades de exercício do imaginário entre as crianças maiores³. No caso, a atividade proporcionou um momento de experimentação de situações

³ Tenciono tratar melhor o assunto em um estudo futuro.

concernentes à realidade dos adultos, situações que eles, provavelmente, vão encontrar ao longo de suas próprias vidas. Essas experimentações decorrentes de simulações levam os alunos a se observarem enquanto sujeitos, agentes em tais contextos, apresentando uma atuação passível de reflexão, ou seja, há a oportunidade de enxergar a si como o futuro adulto que se busca ser. De acordo com Josette Jolibert (1994) são objetivos de ordem afetiva no trabalho com o imaginário na escola: a) Aprofundar a personalidade de cada um, enriquecendo a capacidade individual para conhecer e entender por si mesmo os outros e o mundo, aprendendo a se comunicar por maneiras variadas; b) Não abrir mão de possibilidades ante ao impossível.

A exploração do imaginário, nesse sentido, oferece a oportunidade de melhor elaboração da imagem de si através da reflexão em torno da simulação mais ou menos distanciada de sua verdadeira personalidade diante dos outros. O trabalho com o imaginário ainda trouxe para a atividade um caráter de descontração muito interessante, pois muitos alunos, ao interagirem de forma criativa, valem-se do humor, às vezes violando a adequação de suas falas propositalmente, às vezes não violando a adequação de suas falas e mostrando uma postura extremamente crítica e inteligente, utilizando-se da caricatura (seja numa atitude defensiva, seja na construção de uma crítica), levando todos aqueles que o observam à reflexão e ao riso. Também leva ao riso o fato de observar a distância que há entre a atuação na simulação e a postura real do aluno. Para muitos é uma surpresa constatar que um colega, que se destaca por ser frequentemente inadequado, é perfeitamente capaz de se adequar quando se dispõe a fazê-lo, ou o contrário, como alguns alunos, extremamente comportados e “disciplinados”, podem se mostrar expressivos e caricatos. A atividade coloca uma oportunidade de inserção, de afirmação de capacidades, alargando o horizonte de possibilidades de atuação dos alunos, abrindo as portas diante do que, a princípio, poderia ser algo difícil e não muito explorado no cotidiano escolar.

Até aí, uma vasta gama de elementos sociopolíticos já haviam sido tratados através das seguintes observações: na reflexão diante da tentativa de silenciamento dos alunos no sentido de afirmar que o brasileiro não conhece a própria língua; no fato de não se conhecer a finalidade dos gêneros e seus usos; na ausência de atividades escolares que considerem as ocasiões de uso da fala em situações cotidianas e públicas, diante do outro; e na falta de estímulo ao uso da língua como ferramenta de modificação de condições adversas, na exploração do imaginário, proporcionando espaço para a reflexão acerca de si e ressignificação através da criação de uma imagem ou um simulacro. No entanto, as relações entre ensino de língua e elementos sociopolíticos não acabam por aí. E, o mais interessante foi

que, na ocasião de observação, quem alertou para tal fato foi um aluno com a seguinte reflexão (aluno, 9º ano, 25 de outubro de 2016):

Professora, entendi que falar é igual roupa, se eu vou num casamento, tenho que ir de terninho, se vou empinar pipa na rua, posso ir com uma roupa de brincar. Se eu estou numa situação formal, tenho que falar mais na norma culta, se a situação é informal, falo de modo informal. Mas o que eu não entendo, professora, é: por acaso, roupa define caráter? Jeito de falar define caráter? Quanto político no Brasil, professora, fala bonito, mas não vale o chão que pisa.

Houve um momento de silêncio. A professora e os colegas de sala, na ocasião, pareciam todos satisfeitos constatando que a fala do aluno era verdadeira. A fala do aluno denunciava, com acidez, que a adequação à situação de fala, a ciência acerca da finalidade do gênero escondia, por trás de si, algo um tanto quanto hipócrita, uma vez que, em nossa sociedade, os critérios de seleção não estão baseados, primeiramente, no caráter, mas no domínio de certas formalidades. Há inúmeros exemplos históricos que confirmam tal fato, a maioria dos grandes ditadores destacou-se por uma forma de discursar que despertava sentimentos profundos, para não dizer mágicos. Principalmente, se considerarmos o atual cenário político brasileiro, com as operações da polícia federal estampando os jornais “[...] Quanto político no Brasil fala bonito, mas não vale o chão que pisa” aproveitando a fala do aluno.

Depois de alguns momentos, a professora respondeu (professora em resposta à reflexão supramencionada em aula do 9º ano, 25 de outubro de 2016):

É verdade, roupa, modo de falar, realmente, não definem caráter. Mas, é a roupa adequada, é a forma de falar em conformidade com a situação que abre as portas, que nos darão oportunidades de conseguir um trabalho, de ter uma vida melhor. Não estou dizendo que é justo, não, muito pelo contrário, não é justo, só estou ensinando que é assim que nossa sociedade seleciona as pessoas e quero que vocês saibam disso para que vocês sejam selecionados, para que vocês tenham boas oportunidades e, mais importante, para que vocês não discriminem os falantes que se distanciam mais da norma culta. Embora nossa sociedade selecione com bases no uso adequado da língua, realmente, modo de falar não define caráter e, embora a forma de falar, em muitos contextos, selecione, ela não deve ser motivo de discriminação para vocês.

A colocação do aluno alertou para a falta de tratamento de questões fundamentais ligadas à adequação como aspectos seletivos da sociedade, a necessidade de adequação aos parâmetros colocados e a necessidade de respeitar aqueles que não se enquadram nesses parâmetros. Na ocasião, embora outros aspectos sociopolíticos houvessem sido tratados, havia se negligenciado totalmente aspectos sociopolíticos mais profundos, atrelados ao contexto político atual no

qual os alunos estão inseridos. Tal observação é fundamental para que os alunos tenham maior esclarecimento acerca das falhas de nosso sistema e para que eles não construam julgamentos baseados na obrigação de ser *um poliglota em sua própria língua*, usando a expressão de Bechara (BECHARA, apud TERRA, 1997). É claro que se uma vaga de emprego necessita que se escreva, deve-se buscar por um candidato que saiba escrever, no entanto, todos, em nossa sociedade, independente do fato de dominarem formalidades ou não, têm o direito de exercerem sua voz, de se manifestarem, serem ouvidos e levados em consideração, em outras palavras, têm o direito de serem respeitados. Os atuais e cada vez mais frequentes movimentos de humanização se pautam em uma dinâmica de recuperação do outro como ser semelhante, com história, identidade, sentimentos etc. O preconceito linguístico não pode ser uma barreira para tal ambição.

A mudança verdadeiramente sólida se dá na correção de pequenos atos, observar a adequação sob essa perspectiva auxilia a eliminar o preconceito linguístico e outros preconceitos e ideias erradas que agem de maneira sorrateira.

4. Conclusão

Mais do que evidenciar o uso da língua como ponto de observação e reflexão em relação a determinado contexto sociopolítico, o presente artigo busca apontar elementos linguísticos como modelos de reflexão e crítica, como vias para a elucidação incisiva de mecanismos ideológicos e de alienação presentes na realidade contemporânea.

Assim, foi possível constatar, na situação descrita anteriormente, a importância de:

- manter o nível de formalidade de fala em consonância com a situação de interação, indo contra a crença de um falar correto absoluto que busca usurpar o direito de voz do falante coloquial incutindo nele um sentimento de inferioridade e apatia, sustentando a falsa crença em uma "autoridade" naquele que detém as formas adequadas de comunicação;
- observar a importância dos atos de fala para se atingir um determinado objetivo, afirmando a importância de se transmitir aos alunos os gêneros como ações portadoras de objetivos e incentivando neles a busca pela defesa de seus direitos e seus pontos de vista através do exercício dos gêneros;
- levar os alunos a exercerem sua voz diante do olhar dos colegas que o avaliaram, indo contra o senso comum escolar que, silenciosamente, impõe uma descabida supremacia da escrita sobre a

oralidade que, novamente, irá conduzir o aluno ao não exercício de sua voz;

- proporcionar espaço para a exploração criativa e reflexão em torno de elementos de personalidade na construção de um simulacro, de um personagem que atuou na situação de interação.

- refletir em torno do fato das seleções em nossas sociedades serem pautadas nas formalidades de uso da língua, muito embora, essas formalidades não definam o caráter dos falantes, conforme a observação do aluno. Mesmo que este seja um critério de seleção, ele não deve gerar julgamentos precipitados ou mesmo preconceitos acerca do caráter daqueles que, porventura, não dominem as variedades mais cultas.

O estudo dos gêneros e de sua adequação às situações de enunciação deve, imperativamente, vir acompanhado de uma reflexão acerca do fato de que, a forma de falar, muito embora não defina o caráter do falante, é o que, em nossa sociedade, proporciona oportunidades, é o que “abre as portas”. Eis aí uma excelente chance de levar para a sala de aula o debate acerca das formas de seleção em nossa organização social, da exclusão social, da valorização do formal diante do informal, do culto diante do não culto, da escrita diante da oralidade, da ciência diante da tradição, da sociedade de massas diante da humanização. Os alunos devem compreender que, mais do que se adequarem às situações de enunciação para terem as portas de nossa sociedade abertas, eles devem ainda observar que essa seleção não é a última palavra sobre determinada pessoa, já que modo de falar, realmente, não define caráter. Mais do que isso, eles devem aprender a manter uma atitude respeitosa diante daqueles que usam a língua portuguesa em suas variedades cotidianas, em sua riqueza, a verdadeira língua brasileira, na qual crianças são criadas, pessoas são amadas, histórias de vida reais são contadas, na língua que nos acolhe como filhos, nossa verdadeira mãe.

Com base na análise empreendida até aqui, observa-se que as aulas de língua portuguesa, centralizadas no estudo e na realização do texto, em todas as suas modalidades, devem se utilizar de todo o invólucro enunciativo discursivo que há em torno dos gêneros de forma a atingir profundidades mais densas de reflexão social, condizente com a realidade na qual se inserem os alunos. De acordo com o colocado pelo já mencionado documento BNCC (2017), deve-se sempre buscar pela relação entre os gêneros e seus contextos de produção e circulação, dado que é aí que se encontram os usos linguísticos com as necessidades reais dos usuários da língua, em outras palavras, é aí que o uso linguístico entra em contato com a vida humana em toda a sua expressão e riqueza.

DE PAULA, Luciana. A adequação às situações de comunicação e o contexto sociopolítico. *Revista Intercâmbio*, v.XLVIII: 40-55, 2021. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

Referências bibliográficas

ANTUNES, I. *Língua, texto e ensino*. São Paulo: Parábola, 2009.

ASSUNÇÃO, C. A. A.; MENDONÇA, M. C. C.; DELPHINO, R. M. Pouca ênfase no desenvolvimento da competência oral dos alunos. In: BORTONI-RICARDO, S. M.; MACHADO, V. R. (Org.). *Os doze trabalhos de Hércules: do oral para o escrito*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 165 - 177.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BECHARA, E. *Ensino da Gramática; opressão? Liberdade?* São Paulo, Ática, 1989.

BAKHTIN, M. *Gêneros do discurso*. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São. Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

JOLIBERT, J. *Formando crianças produtoras de textos*. Porto Alegre: Artmed. 1994.

RIOS, I. C. *Caminhos da Humanização na saúde: prática e reflexão*. São Paulo: Áurea Editora, 2009.

SILVA, C. C. BORGES F. T. *Análise Temática Dialógica como método de análise de dados verbais em pesquisas qualitativas* (2017). Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193554180002.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2020.

TERRA, E. *Linguagem, língua e fala*. São Paulo: Scipione, 1997.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.